



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de administração e gerenciamento da frota veicular, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxxxxx

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0010155-18.2019.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de frota veicular, com vistas ao abastecimento dos veículos do TRE/MS com combustíveis (gasolina, etanol -álcool- e óleo diesel, bem como à prestação de serviços vinculados, tais como troca de óleo, lavagem de veículos, dentre outros, por demanda, realizado em rede de estabelecimentos credenciados, mediante uso de cartão magnético ou eletrônico.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços, não só dos principais serviços enumerados acima, estão dispostos no Termo de Referência e seus anexos, que seguem anexos a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), composto de:

1.3.2. Edital do Pregão n. 05/2015 e seus anexos.

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratada deverá iniciar a implantação do sistema a partir do recebimento deste termo contratual, por intermédio de ofício, devendo ser concluído os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do termo contratual, conforme prevê o item 2 do Capítulo IV do Termo de Referência.

2.1.1. Em até 30 (trinta) dias da implantação do sistema, a rede de estabelecimentos credenciados deverá atingir 100% dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que sediam Zona Eleitorais, tendo em vista que os Municípios descritos na cláusula 3 do Capítulo V do Termo de Referência, possuem veículos oficiais alocados nas suas respectivas sedes, necessitando de abastecimento para os deslocamentos das diligências e demais atividades atinentes à Justiça Eleitoral.

2.1.2. A execução dos serviços de administração e gerenciamento deverá ser inicializada, imediatamente, após a conclusão da implantação do sistema.

2.2. A comprovação de abrangência da rede credenciada deverá ocorrer mediante apresentação de relação de estabelecimentos credenciados perante a fiscalização, imediatamente ao término da implantação do sistema, conforme prevê o item 3.3 do Capítulo V do Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual nos termos do item 10.3 da cláusula décima deste contrato.

2.3. O presente contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

3.1. O valor total estimado desta contratação é de **R\$ xxxxx (xxxxxx reais)**, referente à aquisição de produtos para a frota do TRE/MS, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Item	Subitem	Unidade	Consumo estimado agregado	Valor estimado a ser despendido (R\$)
	gasolina			

Combustíveis	etanol	litro	40.000	
	diesel comum	litro	11.000	
	diesel S-10			
Serviços				
TOTAL GERAL PREVISTO				

3.2. A remuneração a ser paga à empresa contratada a título de Taxa de Administração será no percentual demonstrado abaixo que incidirá sobre o montante da despesa realizada com a aquisição dos produtos.

3.2.1. Caso seja ofertada taxa de administração negativa, ou seja, oferecido desconto percentual sobre a aquisição dos produtos, esse percentual incidirá sobre o montante da despesa realizada pelo TRE/MS discriminado na Nota Fiscal a ser emitida.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PERCENTUAL (%)
1.1.	Abastecimento (Combustíveis)	
1.2.	Serviços	

3.3. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, assim como as despesas relativas ao suporte técnico durante o período da contratação.

3.4. Após o transcurso de 12 (doze) meses poderá ser concedido reajuste de valores, mediante demonstração de preços de mercado e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE.

3.4.1. O reajuste de que trata este item não é compulsório, e somente será aplicado no caso de defasagem de preços, tendo por base pesquisa de mercado, desde que a empresa contratada comprove que sofreu variação nos custos contratuais que esteja comprometendo a execução do contrato.

3.4.2. A contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

3.4.3. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

3.4.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

3.5. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

3.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

4.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária: Unidade 14112 – TRE-MS, Ação: 02.122.0570.20GP.0054 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Elementos de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ e 33.90.30 – Material de Consumo.

4.2. As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços contratados, sob regime de empreitada por preço global, compreendem a implantação do sistema, a administração e gerenciamento da frota veicular do TRE/MS, e demais atividades necessárias à perfeita execução dos serviços.

5.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo-I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Serviços Gerais, por intermédio da Seção de Transporte, com autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

6.2. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.3. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte operacional dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência, deste Contrato e demais anexos, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Contrato.

6.4. Ao identificar algum descumprimento ou mau cumprimento das obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito (fax/e-mail, desde que comprovado o recebimento por meio de atesto da contratada), registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente prazo para correção de qualquer inconformidade.

6.4.1. Após transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

6.5. Nos casos de necessidade de suporte técnico, os contatos entre a Fiscalização e a contratada poderão ser efetuados através de outro meio disponibilizado pela contratada (por exemplo: atendimento via telefone, correio-eletrônico).

6.6. A qualquer momento a fiscalização está autorizada a solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.

6.7. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitando as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

6.8. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações contidas no Termo de Referência (Anexo – I) e deste Termo Contratual, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

6.9. A fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento (cláusula sétima deste contrato) da contratada, sempre que a contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento.

6.9.1. Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos

pela contratada, e sempre que a empresa deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso desses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicado formal (escrito) da fiscalização à empresa contratada, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

6.10. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 60 dias de antecedência da ocorrência do fato que ensejar a respectiva alteração necessária.

6.10.1. A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não há previsão neste Contrato, e fogem das possibilidades de ajustes previstas neste termo.

6.11. O fiscal deverá atestar a nota fiscal dos serviços, ratificando a perfeita execução, e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da contratada), caso seja necessária.

6.12. A fiscalização deverá obedecer a todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NOTA FISCAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a discriminação dos valores referentes:

- a) aos produtos adquiridos pelo TRE/MS junto à rede credenciada, no período de referência da Nota Fiscal/Fatura; e,
- b) ao eventual desconto correspondente.

7.1.1. A nota fiscal será emitida mensalmente, compreendendo as transações realizadas no mês imediatamente anterior.

7.1.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.1.3. Tendo por finalidade possibilitar a conferência dos dados constantes da Nota Fiscal, a contratada deverá disponibilizar ao TRE/MS, em meio impresso anexo ao documento fiscal ou via sistema, relatório(s) que contenha(m), no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação dos estabelecimentos credenciados em que foram realizadas transações no período, com Razão Social e n.º do CNPJ/MF;
- b) identificação dos produtos, ou grupo de produtos, adquiridos em cada estabelecimento; e,

c) valor das transações realizadas em cada estabelecimento.

7.1.4. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.1.5. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

7.1.6. A nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização do contrato, ou tornada disponível no sistema de gerenciamento, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a viabilizar o início do processo de pagamento.

7.2. Pagamento da nota fiscal

7.2.1. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Anexo, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

7.2.2. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o atesto da Nota Fiscal/Fatura e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.2.3. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.2.4. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.2.5. Deverão ser apresentados juntamente com a Nota Fiscal conforme os seguintes documentos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, na qual conste a *abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.*", que se referem aos débitos previdenciários (INSS), devidamente válida;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o

FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante.

7.2.6. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.7. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$.

7.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

8.1. Manter atualizado junto à Contratada, o cadastro completo dos veículos e motoristas ou condutores autorizados.

8.2. Informar imediatamente à Contratada o furto, roubo ou extravio do cartão destinado ao veículo.

8.3. Instruir aos usuários do sistema destinados aos veículos sobre as condições desta contratação, bem como orientá-los quanto a correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

8.4. Promover o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, e fixar os respectivos perfis de acesso, bem como se responsabilizar pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca do local de trabalho.

8.5. Solicitar emissão ou cancelamento de cartão.

8.6. Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação.

8.7. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão do Sistema destinado ao veículo.

8.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato.

8.9. Estabelecer, para cada veículo a ser atendido pela contratação, um limite de valor para realização de despesas, bem como alterar o limite fixado de acordo com sua conveniência/oportunidade.

8.10. Fornecer à contratada os dados e/ou as informações necessárias à implantação e manutenção do sistema.

8.11. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

8.12. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.13. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

8.14. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

8.15. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

8.16. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto deste contrato nos prazos e condições estipulados no Termo de Referência, neste Contrato e demais anexos.

9.2. Realizar treinamento, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, sobre o funcionamento e operacionalização dos serviços aos usuários do sistema lotados nesta Capital, visando à correta utilização.

9.3. Disponibilizar ao TRE/MS sua rede de estabelecimentos credenciados, de acordo com as condições fixadas para esta contratação, adequando-a e mantendo-a em operação durante a vigência da contratação, zelando por sua ampliação, desde que haja condições para tal, visando a melhoria da prestação de serviços ao TRE/MS.

9.4. Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, afim de evitar problemas no abastecimento dos veículos oficiais que comprometão a execução dos serviços atinentes a competência da justiça eleitoral.

9.5. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços.

9.6. Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados.

9.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços.

9.8. Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada, no prazo de 1 (um) dia útil.

9.9. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

9.10. Aceitar os acréscimos que se fizerem ao contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º, bem como a supressão de serviços na forma estabelecida no § 2º ambos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

9.11. A empresa deverá indicar supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para atendimento ao TRE/MS.

9.12. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta neste Termo de Referência e neste Contrato.

9.13. Garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço à vista ordinariamente praticado.

9.14. Manter listagem de postos credenciados ou excluídos, devidamente atualizada para consulta dos gestores de frota.

9.15. Dispor de Central de Atendimento, disponível 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento dos usuários.

9.16. Disponibilizar, preferencialmente via sistema de gerenciamento, o manual de utilização dos cartões a ser distribuídos para os usuários, bem como a relação de postos credenciados e atualizações.

9.17. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais.

9.18. A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder para uso diverso do estabelecido no Termo de Referência, no edital do certame e no contrato, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, devendo mantê-los arquivados, após a extinção do contrato, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

10.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

10.3. Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

- a) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada deixar de assinar qualquer termo contratual ou aditivo que seja considerado obrigatório, na

forma prevista em lei;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de atraso na emissão e do encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento;

c) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, por inexecução parcial dos serviços;

d) de 30% (trinta por cento) do valor total contratado, se a contratada recusar-se a prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o Tribunal à rescisão deste contrato.

10.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

10.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

10.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

10.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;

- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

10.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

10.5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

10.6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

10.6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

10.6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

10.7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

10.7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

10.8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 10.6.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

11.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Unilateral e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Unilateral, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

c) Amigável, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

11.6. No final do período de vigência contratual, havendo saldo, igual ou menor aos valores acima estimados, acorda-se que este fica automaticamente decrescido do valor da contratação, na forma prevista na alínea ‘b’ do inc. I do art. 65 da Lei 8.666/93, respeitando o §1º do mesmo artigo, estando o TRE/MS autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

11.7. Para efeitos de acréscimos contratuais, na forma prevista no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 será considerado o preço total estimado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS

12.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelas condições do Edital do Pregão em tela, pelo Termo de Referência anexo a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

12.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - DO FORO

13.1. Na forma da Lei é o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS, o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, MS, xx de xxxxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx
representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 21/01/2020, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0778094** e o código CRC **0D92AB33**.

0010155-18.2019.6.12.8000

0778094v3